INCLUSÃO NA REDE REGULAR DO ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA DESAFIOS E AVANÇOS

DANIELLE CAMINE BRAZ

RESUMO

Constata-se a importância do diagnóstico precoce, o que facilita planejar e inferir as possibilidades de ensino aprendizagem e uma possível interação social, para os discentes com TEA, o ensino de novas habilidades, a socialização e interação, bem como eliminar comportamentos indesejáveis é fundamental durante todo o processo de intervenção no ensino e aprendizagem. E em meio a tanta diversidade como o estudante com TEA aprende no ensino regular? Essa é uma das questões que será tratada nesse artigo, considerando a diversidade, e respeitando à essa diversidade, o presente trabalho focaliza a Educação Inclusiva, que pressupõe atender as necessidades dos alunos com TEA na escola. Atualmente há políticas que asseguram a igualdade de oportunidade e a Inclusão Escolar, no sentido de que a educação escolar seja realmente um exercício de cidadania podendo, assim, superar obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino e desenvolvendo a construção de uma sociedade inclusiva.

Palavras-chave: TEA. Inclusão; Direito; Educação.

INTRODUÇÃO

A inclusão acaba com os padrões que sustentam as escolas, na qual contestam os sistemas educacionais em seus fundamentos. Ela questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão, e direitos adquiridos por leis. Conforme assegurado na Constituição Federal de 1988 (art. 208, inciso III), no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990 (art. 54, inciso III) –, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996 (art. 4º, inciso III) –, na meta 4 do Plano Nacional da Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014 – e na Lei Brasileira da Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei nº 13.146/2015 (art. 27 e 28), o atendimento educacional especializado deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino dos aprendizes público-alvo da Educação Especial. (BRASIL, 1988, 1990, 1996, 2014, 2015). Esse atendimento perpassa transversalmente todos os níveis, básico, superior e as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio do sistema educacional brasileiro, sendo uma realidade cada vez mais recorrente. O conceito de inclusão registrado pela UNESCO está necessariamente ligado ao respeito aos direitos humanos e em especial à liberdade à vida no efetivo exercício da cidadania, como na Declaração Mundial de Educação para Todos (Torres, 2001) e na Declaração de Salamanca 1994, as práticas inclusivas foram impulsionadas a assegurar que todas as crianças e jovens devem ser educados, na construção de uma sociedade acolhedora e inclusiva, independente das suas condições sociais, intelectuais, físicas e linguísticas, sendo este o primeiro passo para o combate de atitudes discriminatórias na desconstrução de preconceitos, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e afetivo de cada indivíduo a combater a marginalização social e a exclusão, caracterizada pela valorização da diversidade, adaptando-se ao potencial e a realidade de cada aprendiz, tornando a escola e a sala de aula cada vez mais flexível, acessível, prioritária a todos os alunos, na garantia de oportunidades de aprendizagens com a plena participação e interação da sociedade.

Tratando especificamente dos indivíduos com TEA, quanto antes for o diagnostico melhor par se trabalhar as habilidades individuais de cada um dentro do ensino regular, pois os mesmos segundo Belizário Filho e Cunha (2010), afirmam que é possível identificar movimentos corporais estereotipados que envolvem:

> [...] mãos (bater palmas, estalar os dedos), ou todo o corpo (balançar-se, inclinar-se abruptamente ou oscilar o corpo), além de anormalidades de postura (ex.: caminhar na ponta dos pés, movimentos estranhos das mãos e posturas corporais). Podem apresentar preocupação persistente com partes de objetos (botões, partes do corpo). Também pode haver fascinação por movimentos (rodinhas dos brinquedos, abrir e fechar portas, ventiladores ou outros objetos com movimento giratório) (Belisário Filho &Cunha, 2010, p. 15).

Em sua maior parte, esse tipo de comportamento já é percebível no indivíduo quando criança, por isso é extremamente importante a atuação de um profissional especializado, que ao atuar com a criança ou adolescente com TEA saiba explorar as habilidades necessárias para seu desenvolvimento, visando suas competências e capacidades seja para se tornar alfabético ou alcançar a interação social no âmbito escolar. O profissional especializado deve proporcionar oportunidades para a criança com TEA possa ver coisas interessantes e interagir

com o meio, como afirma Rosamilha, 1979: "[...] a criança se desenvolve através de sua interação com o ambiente que a envolve, e o nível de sua interação depende do potencial intelectual que ela possui." (ROSAMILHA, 1979)

Por meio da motivação a criança tem a curiosidade de adquirir conhecimento, e com as estratégias lúdicas na alfabetização, ela acontece de maneira natural, sem pressão. Partindo dessas considerações o presente artigo consistirá em uma pesquisa sob uma abordagem tendo como suporte teórico e bibliográfico textos e trabalhos científicos, a fim de chegar em uma breve conclusão sobre a temática, para proporcionar a quem ler a compreensão de que a Educação é um direito de todos os indivíduos (Unesco 1994).

1. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITO

Muito se fala sobre a inclusão, sobre a formação do professor para lidar com a inclusão, do processo de adaptação da criança com necessidades especiais, do trabalho da equipe pedagógica para atender de acordo as necessidades dos alunos inclusos e da equipe gestora para atender conforme prescrito na lei aos quesitos da inclusão, porém pouco se ouve sobre o papel da família bem como suas concepções sobre a inclusão e a convivência com seus entes queridos portadores de deficiências ou síndromes.

Atualmente a Educação especial vem ganhando mais atenção e a inclusão, mesmo que ainda com dificuldades, veem acontecendo nos ambientes escolares. As escolas vêm cada vez mais se aprimorando e trabalhando acerca da inclusão e do ensino igualitário para todos. ~

A inclusão pode ser definida como um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo o alunado em um contexto educativo comum. (MORINA, 2010, p. 17).

Contudo, o movimento da Educação Inclusiva previa mudanças significativas em prol de atitudes sociais voltado para o tratamento dados as crianças com deficiências. Sassaki (1998) explicita o paradigma da inclusão:

> [...] esse paradigma é o da inclusão social – as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos se adaptando ao sistema educacional (escolas integradas) [...] (SASSAKI 1998.p.9).

Assim, a educação inclusiva se contrapõe sobre a homogeneidade dos alunos, já que a deficiência condiz com diversidade, ou seja, não pode ser negada. Existe a inclusão, e existe o direito do professor de capacitar-se para o trabalho com a criança portadora de necessidades especiais, porém, não é o que encontramos em diversas instituições de ensino. Há a inclusão, mas não há a capacitação dos profissionais de forma adequada.

É preciso entender que os direitos dos alunos inclusos em escola de ensino regular são totalmente viáveis e digno aos mesmos é necessário que haja criações de meios para que ela permaneça na escola com todas as suas necessidades atendidas, sejam de caráter de estruturas físicas, caráter de metodologias pedagógicas a fim de não causar quaisquer prejuízos ao aluno incluso, ao aluno regular e ao professor.

Contudo a LDB (Leis e Diretrizes e Bases da Educação nº9.394/96, destaca que a educação especial:

> Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Porém, sabe – se que a inclusão e a escola inclusiva passam por muitos desafios até findar-se de maneira clara, objetiva e sistêmica, ou seja, ainda há um longo percurso a ser feito para que a educação inclusiva

seja de total assiduidade para todos. Para que de fato, o fenômeno da inclusão aconteça faz se necessário uma grande mudança e principalmente o ajustamento de leis junto da comunidade, uma vez que a colaboração compartilhada gera possibilidades de avanços essenciais a essa luta.

A inclusão escolar, até os dias atuais passa por muitas mudanças e principalmente os desafios, ou seja, é uma luta diária para tornar o convívio das crianças inclusas o mais completo e prazeroso possível no ambiente escolar respeito suas limitações e trabalhando para os avanços deles. Ao considerar as premissas apresentadas pelo processo de inclusão, vista de um ângulo geral, vê se que muitos desafios são expostos para que aconteça uma inclusão igualitária e que dê direito a todos.

Portanto, a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluíam certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e das suas origens na diversidade humana. Pois, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. (SASSAKI, 1998, p. 21).

Entende-se que as dificuldades e desafios são enormes tanto para a escola e todos os envolvidos. As leis são feitas e põe-se em prática, mas não se leva em consideração o despreparo dos professores para enfrentarem a situação. A realidade é crítica, alunos com problemas diversos são inclusos em salas de aula com elevados números de alunos e o professor tem que dar conta muitas vezes sem a ajuda da orientação escolar.

Em relação ao exposto, é importante ressaltar que, por mais que haja o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual em classes comuns da rede regular de ensino não seja uma tarefa fácil, faz-se muito importante que ocorra a construção de uma prática pedagógica que venha a contemple as especificidades desse público e que, principalmente, torne a realidade das escolas um espaço de educação para todos.

Essa é uma tarefa um tanto quanto desafiadora para os professores, para a equipe gestora e para a família, mas é importante que cada pessoa envolvida com o a criança tenha plena convicção de seu importante papel na busca do respeito às diferenças e de uma sociedade mais justa e humana.

A inclusão das crianças especiais na escola regular, precisa de atenção de todos os envolvidos como citado anteriormente, dessa maneira:

Para que a escola possa promover a inclusão do com deficiência intelectual é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais, sobretudo dos professores que atuam no ensino fundamental (SILVA; BROTHERHOOD, 2009, p. 3).

A educação do aluno é prejudicada pela dificuldade de sociabilização, uma vez que este tem uma consciência pobre da outra pessoa, o que possivelmente é devido à falta ou diminuição da capacidade de imitar, um dos pré-requisitos para que ocorra o aprendizado, e ainda pela dificuldade em se colocar no lugar do outro e de compreender os fatos a partir da perspectiva do outro, também a organização é difícil, já que requer a compreensão do que se pretende fazer e elaborar um plano para executá-lo. (Brito et al., 2011).

Aprender como interagir com crianças da mesma idade é uma tarefa árdua para crianças especiais. Há alguns estudos que planejaram intervenções utilizando técnicas de encorajamento constante por parte dos professores até intervenções mais livres em grupos que envolvem crianças com desenvolvimento típico. Entretanto, nas diferentes intervenções planejadas, ainda que houvesse melhora na frequência da interação, foi difícil manter a cooperação dos colegas por períodos mais longos de tempo.

Contudo, quando o professor tem em sua turma alunos com deficiências, síndromes ou qualquer outra necessidade especial, este requer redobrar a atenção para o aluno devido as necessidades e limitações da criança, ou seja, tanto o professor quanto a escola precisam estar preparados para receber a criança com necessidade especial.

Dias (2007) ainda comenta que:

Pensar numa escola inclusiva significa, num primeiro momento, pensar numa escola para cada um, em que os alunos possam ser atendidos de acordo com suas necessidades e dificuldades, com práticas, metodologias e recursos necessários para que a aprendizagem e o desenvolvimento deles possam acontecer (DIAS, 2007. p.50).

Ou seja, a escola e o professor precisam ter um olhar inclusivo sobre todas as crianças e principalmente as que apresentam algum tipo de necessidade especial. Em sala de aula, não é diferente, aliás é preciso ter mais atenção uma vez que este aluno pode apresentar em sua patologia níveis de dificuldades que vão do leve ao mais severo.

Assim, o professor precisa ter jogo de cintura e conhecimento para trabalhar com este aluno. Uma ferramenta que pode auxiliar no dia a dia o trabalho com estes alunos, utilizando-se de recurso rico em possibilidades de atividades e aquisições de aprendizagens de acordo com os limites do aluno.

Portanto, Santos (2008) ressalta que:

Através das atividades lúdicas a criança assimila valores, adquire comportamentos, desenvolve diversas áreas de conhecimento, exercita-se fisicamente e aprimora habilidades motoras. No convívio com outras crianças aprende a dar e receber ordens, a esperar sua vez de brincar, a emprestar e tomar como empréstimo o seu brinquedo, a compartilhar momentos bons e ruins, a fazer amigos, a ter tolerância e respeito, enfim, a criança desenvolve a sociabilidade. (SANTOS, 2008. p. 56).

Nesse contexto, vê se que o lúdico também pode vir a ajuda de forma significativa para o desenvolvimento e aprimoramento, tanto na parte intelectual do aluno quanto na física, assim, acredita que as brincadeiras não são apenas um passatempo, mas também como vias de obter informações, conhecimentos para o desenvolvimento delas, ajudando na concentração e aptidões. Para salientar essa reflexão sobre educação especial, Carvalho (2010) propõe que:

[...] por educação especial, entenda-se o conjunto de recursos que todas as escolas devem organizar e disponibilizar para remover barreiras para a aprendizagem de alunos que, por características biopsicossociais necessitam de apoio diferenciado daqueles que estão disponíveis na via comum da educação escolar (CARVALHO, 2010, p 17).

Em primeiro lugar, inclusão significa aceitar todas as crianças como pessoa e como existência. Seres humanos únicos e diferentes uns dos outros. Existem diferenças individuais entre todas as pessoas, portanto, não é razoável classificar um grupo de pessoas como um grupo especial, justamente por apresentarem defeitos motores, intelectuais, emocionais ou sensoriais e comportamental. Na verdade, todas as pessoas têm falhas e habilidades e campo.

As pessoas com ou sem deficiência são integrantes e indissociáveis da sociedade. Os serviços especializados voltados especificamente a essas pessoas cumprem o papel fortalecedor da segregação, inclusão fixadora na condição deficiente como se não pudessem beneficiar-se de serviços comuns a que as pessoas convencionais da sociedade recorrem.

Para falar sobre a inclusão, não restringe apenas a leis, documentos e parâmetros, mas também a deveres e direitos bem como adequações, aperfeiçoamentos de profissionais capacitados para exercer a inclusão e principalmente instituições escolares estruturadas adequadamente. O movimento inclusivo vem para implicar, de forma ativa, na transformação da sociedade e principalmente de suas instituições para que reconheçam a diferença de todos e não de alguns e que acolha a todos nesta diferença.

Segundo Rego (1995):

A escola deve ser um espaço para transformações, as diferenças, os erros, as contradições, a colaboração mútua e a criatividade." Dessa forma, precisa se de uma escola que não tenha medo de arriscar, que tenha coragem para criar e questionar o que está estabelecendo, em busca de rumos inovadores, necessários à inclusão (REGO 1995, p.118).

É diante desse novo paradigma educativo, em que a escola deve-se redefinir como um local de caráter social que atende a todas as crianças, que surgem os aspectos que se julgam principais na construção de uma ideia inclusiva e que serão analisados.

A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário (FACION, 2008, p. 55).

Porém para que possa implicar o caminho da educação inclusiva, acerca dos desafios de uma educação inclusiva realista,

entendeu-se que o meio educacional precisa ser visto de três ângulos: o dos desafios provocados por essa inovação, o desafio de efetivar essa inclusão em turmas escolares regular já contando com a inclusão do trabalho de formação de professores e, finalmente o das perspectivas que se abrem à educação escolar, a partir da sua implementação.

Transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos (DUTRA, 2010, p. 34).

Assim, ao pensar sobre a concepção e principalmente sobre os princípios da educação inclusiva dentro de um contexto mais abrangente condizente com o respeito, com à estrutura da sociedade atual em que vivemos e aos associados aos movimentos de garantia dos direitos é preciso uma significativa transformação dos sistemas de ensino no que faz menção aos fundamentos, bem como as práticas pedagógicas.

2. A CARACTERÍSTICA DO ESTUDANTE COM TEA E SUA INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR

Na perspectiva que o sujeito consiga interagir na sociedade o processo de alfabetização é essencial. A linguagem escrita se constitui de signos arbitrários, utilizados para transmitir uma adversidade de informações importantes para a vida da sociedade atual, além de pontos de vistas e ideias.

No âmbito escolar e no meio acadêmico, muito se discute, sobre o significado de alfabetizar, sendo está uma discussão inflamável, quando se considera aprendizes neuro típicos, pode-se imaginar o que ocorre quando se coloca em pauta a discussão sobre alfabetizar aprendizes portadores de deficiência, num contexto que oportunize a equidade. Segundo Machado et al. (2017, p. 135), os indivíduos com TEA enfrentam sérios problemas na escolarização porque têm uma dificuldade acentuada para estabelecer relações sociais, o que restringe suas possibilidades de aprendizagem.

O processo de alfabetização é importante pois visa consolidar as relações interpessoais, assim como a linguagem oral. Para sua efetivação a participação de todos os envolvidos, é primordial, pois procura resgatar os direitos e deveres do alfabetizando enquanto construtores de sua história e sua identidade enquanto elemento social, uma vez que o processo de alfabetização é individualista.

Freire (1993), o processo de alfabetização é interpretar o que está a sua volta é uma leitura de mundo, muito mais do que reconhecer símbolos e letras. O diagnóstico do TEA, passou ao longo dos anos por muitas alterações. Leo Kenner, na década de 40, afirmou que, autismo era a "incapacidade para relacionar-se normalmente com as pessoas e as situações" (Kanner, 1943, 0.20 apud. Belizário Filho & Cunha, 2010 p.09). O Transtorno do Espectro do Autista, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DMS-5) de 2014, é caracterizado pelas dificuldades nas interações sociais e na comunicação. A intensidade das dificuldades que serão encontradas pode variar com a idade, a fase de desenvolvimento das crianças e outros fatores.

Assim como em outros processos de desenvolvimento cognitivo, o da alfabetização, excede os limites escolares, sendo este um objeto cultural, pois não é somente um produto escolar. Considerando a importância da aquisição da leitura para qualquer estudante, duas importantes questões pretendem-se explanar com esta pesquisa: Para garantir um bom atendimento especializado a escola dispõe de recursos pedagógicos? Como acontece processo de alfabetização dos alunos TEA na escola de ensino regular? A Lei 12.764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista dentre várias garantias que dão aos autistas, estão: o tratamento multidisciplinar, reconhecimento do diagnóstico precoce e a matrícula em rede regular da Ed. Infantil até o ensino médio, sob multa ao seu descumprimento. A norma ainda estabelece:

A sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a um profissional que sirva de apoio na realização das atividades escolares, em qualquer nível de escolaridade da criança. O profissional deve se organizar não somente com o professor responsável pelo aluno, mas com toda a equipe escolar que estabeleça vínculo com ele. (Brasil, 2012)

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes com TEA, considerando suas necessidades específicas. O repertório traz diversas garantias, para os autistas, contudo em sua maioria não se aplicam devido à falta de recursos, materiais e a ausência de ofertas nas escolas de atendimento especializado. Visto isto, o papel da escola na construção da cidadania requer reflexões atitudinais a repensar a cultura do pensamento com quebra de paradigmas

para um cenário educacional.

3. A BASE DA ALFABETIZAÇÃO DO ESTUDANTE COM TEA

Quanto ao processo de alfabetização do estudante com (TEA), não apresenta, curiosidade pela escrita e leitura além de rudimentares grafismos, inicia -se então o desafio de incluir o estudante com TEA no ensino regular. Santos e Araújo, 2018 relatam por onde se deve começar o processo de alfabetização.

> [...] o processo de alfabetização é algo complexo e que deve ser contextualizado e problematizado juntamente com as crianças, partindo da realidade em que o aluno está inserido, ou seja, o de leitura do mundo no qual os autores denominam de letramento, já o processo de decodificação de sons e sílabas, muitos autores defendem como alfabetização, em sentido restrito (SANTOS; ARAÚJO, 2018, p. 02).

O que faz a alfabetização, distintos, mas conectados e dialéticos, contribuírem de modo contextualizado, articulados de forma significativa, minimizando os obstáculos impostos pela deficiência, na garantia de expressão social, na compreensão da linguagem oral. O que torna imprescindível a necessidade de auxílio na interiorização e exteriorização do pensamento, nas séries iniciais do ensino fundamental, com um ensino direcionado, com estratégias inovadoras e reflexivas acerca do professor, construir uma forma de comunicação alternativa para os não verbais. Para que a potencialidade dos estudantes seja desenvolvida nas tomadas de decisões em uma aprendizagem sem erros, com intervenções pedagógicas fundamentada de acordo com as necessidades de cada um.

No âmbito escolar as flexibilizações curriculares, asseguradas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), embarcam uma série de critérios para beneficiar a todos que se deve aprender, da melhor forma no contexto educacional. Para Fernandes (2011), a ideia de flexibilização curricular, contraria a prática tradicional, de que todos aprendam da mesma forma, fazendo uso das mesmas metodologias e na mesma faixa etária, seja está uma prerrogativa para oficiar as diferenças em sala de aula.

Com a finalidade de atender ao intento proposto em relação à alfabetização dos estudantes com TEA, observa-se uma defasagem no ensino como a falta de professores especialistas na área, o que dificulta uma aprendizagem qualitativa. Conceição 2019, relata que "sem uma visão individualizada, com profissionais qualificados e métodos alternativos, estaremos negando o direito à educação dos alunos com autismo e quadros similares" (Conceição, 2019, p. 03). Sendo assim, cabe ao profissional de Educação buscar mecanismos que auxiliem a aprendizagem e a comunicação destes estudantes, indo de encontro ás propostas inclusivas nos cursos de formação inicial e continuadas. (Braun, 2012, Plestsch & Lima, 2015).

Como infraestrutura para a criação de projetos inclusivos, especialmente a inópia de material pedagógico para as atividades diferenciadas, menos educandos em sala de aula com o direcionamento de um trabalho adequado, com ênfase no professor de educação especial. (Capellini & Rodrigues, 2009).

Silva (2017) acredita que a prática educacional unificada com o envolto de toda a comunidade escolar, assim como profissionais em diferentes áreas do conhecimento, faz-se necessária, pois estes precisam tecer as mesmas metas simultaneamente, para aprovisionar a inclusão, aprendizagem e segurança articulando o aluno com TEA, a ser capaz a enfrentar as dificuldades presentes em seu cotidiano, superar os desafios e ser incluído no ambiente em que está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o diagnóstico precoce do indivíduo com TEA, facilita planejar e inferir as possibilidades de ensino aprendizagem e possível interação social, para os estudantes com Transtorno do Espectro Autista, visando o aproveitamento atrelado as ações psicoeducativas. Constitui-se como direito social garantido por lei a inclusão destes indivíduos a uma educação especial nas escolas regulares, visando a diversidade no âmbito escolar, rompendo com práticas tradicionais e excludentes. O estudo alcançou os objetivos de modo a segurar como se dá a alfabetização desses estudantes, por meio das interpretações discutidas e dos resultados apresentados, defende-se a possibilidade de alinhar ensino e pesquisa, pois a teoria e prática precisam coexistir, fomentando reflexões em torno dos desafios postos diante a prática docente. Torna-se, fundamental compreender a necessidade de uma equipe multidisciplinar na escola de ensino regular, para que, em ação com o professor especializado o estudante possa se desenvolver plenamente no ambiente escolar. Contudo pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, por mais que os movimentos nas escolas sejam muito contestados, a inclusão escolar contrapõe vários desafios para a sua implementação efetiva na escola regular. Assim, por mais desafiadoras que as experiências se apresentem, trazem sempre reflexões, como motivação, colaboração que transforma a realidade envolvida, um novo

fazer pedagógico, tanto no corpo docente, quanto aos discentes tendo em vista seu desenvolvimento atípico, que precisam de uma atenção maior, em novos contextos, o que ressignifica o desenvolvendo de novas habilidades e competências.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. DSM- 5 – Manual Diagnóstico e

Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2014

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria da Educação Especial. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado, 1996.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 02/05/2024

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível L8069 (planalto.gov.br) Acesso em: em: 02/05/2024.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; Acesso em: 04/05/2024.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, 1994. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

BRAUN, Patrícia. Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. 2012. 325 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/10337/1/Tese_Patrica%20Braun.pdf. Acesso em: 25/06/2024.

BRITO, V. M. et al. (2011). O aluno autista e o processo de aprendizagem. Disponível em: https://pedagogiaaopedaletra.com/o-aluno-autista-e-o-processo-de-aprendizagem/. Acesso em: 15/05/2024.

CAPELLINI, V. L. M. F.; Shibukawa, P. H.& Rinaldo, S. C. O. (2016). Práticas pedagógicas colaborativas na alfabetização do aluno com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/10470_6215.pdf Acesso em: 15/05/2024...

CAPELLINI, V. L.M.F. et al .(2009). Perfil e avaliação dos participantes de um curso de formação continuada em práticas educacionais inclusivas na modalidade a distância. Práxis Educativa,6 (1), pp.79-89.

CARVALHO, R. E. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CONCEIÇÃO, F. C. (2019). Estratégias para uma verdadeira inclusão escolar: capacitando o (a) mediador (a) escolar. Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.academiadoautismo.com.br/> Acesso em: 25/05/2024.

DIAS, Maria Teresa Volpato. A inclusão do deficiente no ensino fundamental em Limeira: a síndrome de Down. 2007. Universidade São Marcos (Dissertação Mestrado). Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wpcontent/uploads/sites/10001/2018/06/003_papel_tutor_contexto_educacao.pdf. Acesso em: 02/05/2024.

DUTRA. Claudia Pereira. INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Secretaria da Educação Especial, out. 2005; jan./jul. 2010.

FACION, J. R. Inclusão escolar e suas implicações. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FERNANDES, Sueli. Fundamentos para Educação Especial. Curitiba: IBPEX, 2011.

FREIRE, P. Política e Educação: ensaios. São Paulo: Cortez, 1993.

KANNER, Leo. Autistic disturbances of affective contact. Nervous Child, Baltimore, v. 2, p. 217-250. 1943.

MORIÑA, A. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 5, n. 1, p. 16-25 Janeiro/julho 2010.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: www.unesco.org.br/publicação/doc- internacionais. Acesso em: 17/05/2024

REGO, T. C. Vygotsky: Uma aprendizagem histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

ROSAMILHA, Nelson. Psicologia do jogo e aprendizagem infantil. São Paulo: Pioneira, 1979.

SANTOS, A. T. S. S. et al. Possibilidades e desafios da alfabetização: relato de experiência de uma docente dos anos iniciais do ensino fundamental, 2018. Disponível em https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD1_SA16_ID1930_25072018101317.pdf. Acesso: 25/05/2024.

SANTOS, J. I. F. Educação especial: inclusão escolar da criança. São Paulo: All Print, 2008.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília: Ministério da Educação, p. 19-23 Out/1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf. Acesso: 25/05/2024.

SILVA, Maria do Carmo Bezerra de Lima; BROTHERHOOD, Rachel de Maya. e inclusão: da teoria à prática. In: V ECPP, Maringá, out. 2009. Disponível em: https://www.unicesumar.edu.br/epcc2009/anais/maria_carmo_bezerra_lima_silva.pdf Acesso: 25/05/2024.

TORRES, R. M. Educação para Todos: a tarefa por fazer. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

UNESCO (1994). Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.